

Com tarifas reais, estatais investem

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, informou ontem que o processo de recomposição do valor real das tarifas e preços públicos está praticamente concluído, com exceção da energia elétrica, permitindo que o governo passe a conceder reajustes mês a mês apenas para repor a inflação.

Somente as empresas do sistema Eletrobrás continuam apresentando uma defasagem tarifária que exigiria aumentos de 6,7% ao mês acima da inflação, até fevereiro do próximo ano, totalizando 38,2%. "Pessoalmente acho exagerado este cálculo, mas enfim... é o que as empresas pedem", disse o ministro.

Mantendo as tarifas em níveis no mínimo correspondentes à inflação, as 181 empresas estatais (incluindo os 17 bancos oficiais) poderão investir no próximo ano NCz\$ 17,05 bilhões, a preços de maio último, conforme detalhamento do orçamento de investimentos apresentado ontem pelo ministro à comissão de economia e finanças da Câmara dos Deputados.

Qualquer perda tarifária — ou aumento dos gastos com pessoal em decorrência

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO EMPRESAS ESTATAIS E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS FEDERAIS		
Exercício de 1990		
Universo Setembro	NCz\$ milhões a preços de maio/89	Percentual do PIB (*)
I — EMPRESAS ESTATAIS	15.100	3,19
• Sistemas	72	0,02
• Acesita	978	0,21
• CVRD	3.666	0,77
• Eletrobrás	89	0,02
• Embraer	60	0,01
• INB	1	0,00
• Imbel	3.777	0,79
• Petrobrás	527	0,11
• Portobrás	430	0,09
• RFFSA	813	0,17
• Siderbrás	3.299	0,69
• Telebrás	1.476	0,31
• Demais Empresas		
II — INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS FEDERAIS	1.863	0,39
• Sistemas		
• B B	1.321	0,28
• BNDES	9	0,00
• Meridional	106	0,02
• C E F	384	0,08
• Demais Instituições	43	0,01
TOTAL (I+II)	17.051	3,58

(*) PIB = NCz\$ 476.030 milhões

cia de ganhos reais concedidos pela Justiça — terá de ser compensada com redução das despesas de custeio ou investimento. "As empresas terão de cortar gastos correntes ou deixar de investir, pois não há outra fonte de recursos."

O titular da Secretaria de

"empresas típicas do governo", representadas por 16 entidades que dependem de aportes do Tesouro para exercerem funções de simples órgãos da administração federal.

O total de NCz\$ 342,2 bilhões de gastos de todas as estatais projetados para 1990 divide-se entre os bancos federais (que devem despender NCz\$ 257,02 bilhões) e as empresas (NCz\$ 85,2 bilhões). No caso das instituições financeiras, as aplicações em operações de crédito representarão 63% de seus dispêndios, ou NCz\$ 162,2 bilhões, enquanto os novos investimentos não devem passar de 1% do total (NCz\$ 1,8 bilhão).

O serviço da dívida dessas instituições consumirá outros 26% (NCz\$ 67,4 bilhões) e os gastos com pessoal exigirão a utilização de mais 4% (NCz\$ 11,2 bilhões). Essas projeções, como explicou Batista de Abreu, não consideram o ganho real de 70% obtido pelos funcionários do Banco do Brasil junto ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), "que o Executivo não aceita pagar".

As instituições financeiras controladas pela União recolherão NCz\$ 5,5 bilhões em impostos e taxas, pagando NCz\$ 1,5 bilhão por conta de serviços de terceiros

e gastarão NCz\$ 7,02 bilhões na rubrica "outros dispêndios".

As empresas estatais não-financeiras devem investir 18% do total de suas receitas e despesas, equivalente a NCz\$ 15,1 bilhões. O serviço de suas dívidas consumirá 14% desse total, ou NCz\$ 12,2 bilhões, enquanto a folha de pagamento de seus funcionários exigirá NCz\$ 16,3 bilhões (19%

do total). O recolhimento de impostos e taxas deve chegar a NCz\$ 10,3 bilhões (12%) e os gastos com materiais e produtos atingirão NCz\$ 16,6 bilhões (20%).